



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

PARECER nº 2.643/2016/PMNR-CCI

Processo: Pregão Presencial nº 27/2016

Objeto: Contratação empresa especializada para eventual fornecimento de grama especial tipo esmeralda.

Novo Repartimento, 25 de Agosto de 2016.

Tratam os autos de procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial, sob o nº 27/2016, tendo como objeto a Contratação empresa especializada para eventual fornecimento de grama especial tipo esmeralda. Conforme Mem nº 019/2016 - SEJU (Protocolo nº 1818/2016); contendo demanda da Secretaria Municipal de Esporte e Juventude, os quais justificam a necessidade dos referidos materiais. Constatam ainda no processo: Cotações de preços; Declaração de Adequação Orçamentária; despacho da contabilidade informando a dotação orçamentária, pela Sr^a. Dalva Maria de Jesus de Souza Contadora CRC/PA 015309-8; autorização de abertura de procedimento licitatório pela Prefeita Municipal; Autuação pela Presidente de CPL Renata Broechl; Edital de Licitação; Parecer Jurídico pela Procuradora Geral do Município Juliana Montandon OAB/PA 18.678-B.

A convocação dos interessados ocorreu por meio da publicação do Edital no D.O.U nº 152 de 09/08/2016 e no Jornal da Amazônia de 09/08/2016.

Em seguida, prosseguiram-se as fases subsequentes retirada de Edital, credenciamento, propostas de preços e habilitação e Julgamento. Sagrando-se vencedor a Empresa **VBL Souza e Cia Ltda - ME CNPJ 13.683.431/0001-41** Com **valor total de R\$ 167.900,00 (Cento e sessenta e sete mil e novecentos reais)**; Ata segue assinada por Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitante.

Seguindo o processo com Termo de Adjudicação pelo Pregoeiro Julio Cesar Henrique dos Reis, segue o Termo de Homologação para assinatura da Autoridade Competente Prefeita Municipal Valmira Alves da Silva.

Orienta esta coordenadoria de Controle Interno que seja anexada ao processo a Portaria de nomeação do Fiscal de Contrato e a publicação do extrato do contrato em imprensa Oficial.

Com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.


RONALDO GAMA DA SILVA

Coordenador de Controle Interno
Portaria nº 0015/2015